

Diretrizes de Proteção de Dados

Efetivo: 31/10/2025

Código: POL.137.PV

Revisão: 0

SUMÁRIO

1.	OBJETIVO.....	2
2.	ESCOPO E ABRANGÊNCIA	2
3.	REFERÊNCIAS	2
4.	DEFINIÇÕES.....	2
5.	ATUAÇÃO COMO AGENTE DE TRATAMENTO	4
7.	PROGRAMA DE GOVERNANÇA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS	5
8.	PRINCÍPIOS DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS.....	5
9.	BASES LEGAIS PARA TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS	6
10.	TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS	7
11.	TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇA E ADOLESCENTE	8
14.	COM QUEM COMPARTILHAMOS SEUS DADOS.....	10
15.	RETENÇÃO E ELIMINAÇÃO DOS SEUS DADOS	11
17.	DADOS PESSOAIS DE ACESSO PÚBLICO	12
18.	TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS	12
19.	DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS	13
20.	SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO	14
21.	CANAL DE COMUNICAÇÃO E DÚVIDAS	14
22.	HISTÓRICO DE REVISÕES	14
23.	ELABORAÇÃO, REVISÃO E APROVAÇÃO	14

Diretrizes de Proteção de Dados

Efetivo: 31/10/2025

Código: POL.137.PV

Revisão: 0

1. OBJETIVO

As presentes Diretrizes têm como principal objetivo estabelecer orientações para estruturar um sistema normativo e de práticas de proteção de dados pessoais, visando garantir a privacidade e a segurança das informações tratadas pela Humania.

A Humania adota como premissa o atendimento às disposições das legislações temáticas de referência, incluindo, mas não se limitando à Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) - Lei 13.709/2018, nosso compromisso é sempre pautado no princípio da boa-fé, assegurando a proteção dos dados pessoais de forma transparente e responsável.

Estas Diretrizes representam um elemento essencial ao programa de privacidade de dados e deve ser analisada e interpretada de forma coordenada e harmoniosa com as demais políticas da Humania. Essas políticas fazem parte do conjunto de normativos, políticas, procedimentos, sistemas, controles e práticas de compliance adotados pelo Grupo, compondo uma estrutura organizacional unificada de governança.

2. ESCOPO E ABRANGÊNCIA

Estas Diretrizes se aplicam: (i) a todos os colaboradores da Humania; (ii) a todos os terceiros, pessoas físicas ou jurídicas, que atuem para ou em nome da Humania e realizem atividades que envolvam o tratamento de dados pessoais; (iii) aos agentes de tratamento de dados pessoais externos que, de qualquer forma, mantenham relacionamento com a Humania ou atuem em processos que resultem no tratamento de dados pessoais sob sua responsabilidade; e (iv) a todos os titulares de dados pessoais cujas informações sejam tratadas pela Humania no exercício de suas atividades institucionais e operacionalização dos Programas.

Observação: O acesso de externos as diretrizes são facultativas, uma vez que ela está em local de acesso público, não sendo facultativo o cumprimento de cláusulas contratuais já previstas em contratos firmados com terceiros.

3. REFERÊNCIAS

- Lei 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais.
- Enunciado CD/ANPD Nº 1 de 2023 da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

4. DEFINIÇÕES

Para melhor compreensão das presentes diretrizes, aplicam-se as seguintes definições:

- **Agentes de tratamento:** o controlador e o operador.
- **Controlador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, a quem competem as decisões referentes ao tratamento de dados pessoais.
- **Operador:** pessoa natural ou jurídica, de direito público ou privado, que realiza o tratamento de dados pessoais em nome do controlador.

Diretrizes de Proteção de Dados

Efetivo: 31/10/2025

Código: POL.137.PV

Revisão: 0

- **LGPD – Lei Geral de Proteção de Dados:** Lei nº 13.709/2018 que regula o tratamento de Dados Pessoais realizado no território brasileiro.
- **ANPD – Agência Nacional de Proteção de Dados:** órgão integrante da administração pública direta federal que possui como atribuições tratar do tema de proteção de dados no Brasil, bem como realizar a fiscalização do cumprimento da Lei Geral de Proteção de Dados.
- **Dado pessoal:** informação relacionada a pessoa natural identificada ou identificável.
- **Dado pessoal sensível:** dado pessoal sobre origem racial ou étnica, convicção religiosa, opinião política, filiação a sindicato ou a organização de caráter religioso.
- **Dado anonimizado:** dado relativo ao titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento.
- **Titular do Dado Pessoal:** pessoa natural a quem se referem os dados pessoais que são objeto de tratamento.
- **Tratamento:** toda operação realizada com dados pessoais, como as que se referem a coleta, produção, recepção, classificação, utilização, acesso, reprodução, transmissão, distribuição, processamento, arquivamento, armazenamento, eliminação, avaliação ou controle da informação, modificação, comunicação, transferência, difusão ou extração.
- **Base legal:** termo que se refere às hipóteses legais que autorizam o tratamento de dados pessoais e dados pessoais sensíveis dispostos nos artigos 7º e 11º da Lei Geral de Proteção de Dados, respectivamente.
- **Dados públicos:** toda e qualquer informação coletada no seio da administração pública e entidades públicas diretas e indiretas, onde podem ser incluídos dados pessoais passíveis de compartilhamento em determinadas situações legais.
- **Encarregado/DPO:** profissional designado para atuar como responsável por orientar e apoiar as práticas internas de proteção de dados pessoais, bem como estabelecer e manter o canal de comunicação entre a organização (na qualidade de controladora ou operadora), os titulares dos dados e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), conforme previsto na LGPD.
- **Transferência internacional de dados:** transferência de dados pessoais para país estrangeiro ou organismo internacional do qual o país seja membro.
- **Uso compartilhado de dados:** comunicação, difusão, transferência internacional, interconexão de dados pessoais ou tratamento compartilhado de bancos de dados pessoais por órgãos e entidades públicos no cumprimento de suas competências legais, ou entre esses e entes privados, reciprocamente, com autorização específica, para uma ou mais modalidades de tratamento permitidas por esses entes públicos, ou entre entes privados.

Diretrizes de Proteção de Dados

Efetivo: 31/10/2025

Código: POL.137.PV

Revisão: 0

- **Minimização:** trata-se de princípio pelo qual os dados pessoais serão processados e tratados com observância da adequação, pertinência e finalidade, limitando-se ao estritamente necessário para a realização destas condições quando do tratamento de dados pessoais.
- **ROPA - Records of Processing Activities (Registro de Operações de Tratamento):** registro de atividades para o mapeamento do processamento de dados pessoais.
- **Terceiros:** pessoas físicas ou jurídicas contratadas para executar determinadas atividades em um período pré-estabelecido.

5. ATUAÇÃO COMO AGENTE DE TRATAMENTO

No âmbito de suas atividades empresariais, CMH PARTICIPAÇÕES LTDA (Humania), sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 56.975.522/0001-63, com sede a Rua Alexandre Dumas, 2100, conj. 171 e 172, Chácara Santo Antonio (Zona Sul), na cidade de São Paulo/S, realiza diversas operações de tratamento de dados pessoais, sempre priorizando o melhor interesse dos titulares e respeitando seus direitos. A Humania pode atuar como Controladora de Dados Pessoais, Operadora de Dados Pessoais, ou em ambos os papéis simultaneamente, ou ainda como Co-Controladora de Dados Pessoais, conforme definido pela LGPD.

5.1. Atuação como Controladora de Dados Pessoais

Compete à Humania determinar as finalidades e os elementos essenciais do tratamento de dados pessoais, especialmente no contexto das relações trabalhistas, institucionais e administrativas. Nessa condição, a Humania adota rigorosas medidas de governança e segurança da informação, com processos formalmente documentados, avaliações contínuas de risco e programas de conscientização, garantindo que a coleta e o uso dos dados ocorram de forma transparente, adequada e compatível com os objetivos legítimos do negócio.

5.2. Atuação como Operadora de Dados Pessoais

Realiza o tratamento de dados pessoais exclusivamente conforme instruções documentadas dos Controladores contratantes, estando suas atividades estritamente limitadas às finalidades definidas por eles. Essa atuação ocorre, de maneira predominante, na operacionalização de programas de saúde e apoio ao paciente, execução de serviços logísticos e demais atividades vinculadas à prestação de serviços contratados. Nesse papel, a Humania assegura a implementação de medidas técnicas e administrativas apropriadas para proteção das informações, mantém equipe devidamente autorizada e treinada para o manuseio de dados pessoais, restringe o acesso às informações ao mínimo necessário para a execução do contrato, não utiliza os dados para propósitos próprios ou não autorizados, comunica tempestivamente o Controlador sobre qualquer incidente de segurança ou solicitação de titular, e garante que eventuais suboperadores somente sejam envolvidos mediante prévia autorização do Controlador e sujeição às mesmas obrigações de proteção de dados. Todo tratamento conduzido

Diretrizes de Proteção de Dados

Efetivo: 31/10/2025

Código: POL.137.PV

Revisão: 0

na condição de Operadora é formalizado por instrumento contratual específico, contendo cláusulas claras sobre responsabilidades, controles de segurança, prazos de retenção e procedimentos ao término da prestação do serviço.

6. ENCARREGADO PELO TRATAMENTO DE DADOS (DPO)

A Humania conta com um Encarregado pelo Tratamento de Dados Pessoais (DPO) responsável por atuar como canal de comunicação entre a organização, os titulares de dados pessoais e a Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), de acordo com a aplicabilidade.

Para solicitações, reclamações, dúvidas ou exercício de direitos, você pode contatar o Encarregado pelos seguintes canais:

Rua Alexandre Dumas, 2100 - Chácara Santo Antônio - São Paulo, SP

CEP: 04717-913, Brasil

dpo.lgpd@humaniasaude.com.br.

7. PROGRAMA DE GOVERNANÇA DE PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

A Humania está firmemente comprometida com a proteção de dados pessoais e a privacidade dos titulares. Nosso programa de governança em proteção de dados estabelece regras abrangentes para assegurar a organização e o funcionamento adequado do tratamento de dados. Isso inclui procedimentos para lidar com reclamações e petições dos titulares, normas de segurança, padrões técnicos, e obrigações específicas para todos os envolvidos no tratamento de dados. Adotamos medidas educativas e mecanismos internos de supervisão e mitigação de riscos para garantir uma gestão responsável e eficiente.

O compromisso da Humania é demonstrado através da implementação de processos e políticas internas que asseguram o cumprimento abrangente das normas e boas práticas relacionadas à proteção de dados pessoais. Nosso programa é aplicável a todos os dados sob nosso controle, independentemente do método de coleta, e é adaptado à estrutura, escala e volume das nossas operações, bem como à sensibilidade dos dados tratados.

Estabelecemos políticas e salvaguardas adequadas com base em uma avaliação sistemática de impactos e riscos à privacidade, buscando sempre uma relação de confiança com os titulares através de uma atuação transparente e mecanismos que asseguram sua participação. O programa está integrado à nossa estrutura geral de governança, com mecanismos de supervisão interna e externa. Contamos com planos de resposta a incidentes e remediação, e garantimos a atualização constante do programa com base em monitoramento contínuo e avaliações periódicas.

8. PRINCÍPIOS DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

Independentemente da forma em que for realizado ou da justificativa que fundamenta o tratamento de dados pessoais, a Humania observará os seguintes princípios:

Diretrizes de Proteção de Dados

Efetivo: 31/10/2025

Código: POL.137.PV

Revisão: 0

- **Finalidade:** O tratamento de dados pessoais pela Humania será realizado apenas para propósitos legítimos, específicos, explícitos e informados ao titular de dados pessoais, sem possibilidade de tratamento posterior de forma incompatível com essas finalidades.
- **Adequação:** O tratamento de dados pessoais pela Humania será realizado de forma compatível com as finalidades informadas ao titular de dados, e de acordo com o contexto do tratamento.
- **Necessidade:** o tratamento de dados pessoais pela Humania será realizado limitado ao mínimo necessário para a realização de suas finalidades, com abrangência dos dados pertinentes, proporcionais e não excessivos em relação às finalidades do tratamento.
- **Livre acesso:** A Humania garante aos titulares de dados pessoais a consulta facilitada e gratuita sobre a forma e a duração do tratamento, bem como sobre a integralidade de seus dados.
- **Qualidade dos dados:** A Humania assegura aos titulares de dados pessoais a exatidão, clareza, relevância e atualização dos dados, de acordo com a necessidade e para o cumprimento da finalidade de seu tratamento.
- **Transparência:** A Humania garante aos titulares de dados pessoais, informações claras, precisas e facilmente acessíveis sobre a realização do tratamento e os respectivos agentes de tratamento de dados pessoais, observados os segredos comercial e industrial.
- **Segurança:** A Humania envida todos os esforços e utiliza as medidas técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais de acessos não autorizados e de situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração, comunicação ou difusão.
- **Prevenção:** A Humania adota as medidas adequadas para prevenir a ocorrência de danos em virtude do tratamento de dados pessoais.
- **Não discriminação:** A Humania envida todos os esforços para impedir a realização do tratamento de dados pessoais para fins discriminatórios ilícitos ou abusivos.
- **Responsabilização e prestação de contas:** A Humania se compromete a demonstrar a adoção de medidas eficazes e capazes de comprovar a observância e o cumprimento das normas de proteção de dados pessoais, e a eficácia dessas medidas.

9. BASES LEGAIS PARA TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS

O tratamento de dados pessoais pela Humania é realizado em conformidade com os princípios, e as bases legais que autorizam o uso dos dados pessoais, quais sejam:

- i. **Consentimento:** quando o titular de dados ou seu responsável legal consentir com o tratamento dos dados pessoais.
- ii. **Cumprimento de obrigação legal:** quando necessitar tratar dados pessoais ou dados sensíveis em virtude de uma obrigação legal ou regulatória.

Diretrizes de Proteção de Dados

Efetivo: 31/10/2025

Código: POL.137.PV

Revisão: 0

- iii. **Execução de políticas públicas:** para o tratamento e uso compartilhado de dados necessários à execução de políticas públicas previstas em leis e regulamentos ou respaldadas em contratos, convênios ou instrumentos congêneres.
- iv. **Para realização de estudos por órgão de pesquisa:** quando o tratamento for realizado para estudos por órgão de pesquisa, garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais.
- v. **Execução de contratos e diligências pré-contratuais:** quando o tratamento for necessário para assegurar o cumprimento da execução contratual ou de diligências pré-contratuais.
- vi. **Exercício regular de direito:** quando o tratamento for necessário para um exercício regular de direitos em contrato, processo judicial, administrativo ou arbitral.
- vii. **Proteção da vida do Titular de Dados ou de terceiros:** quando tratamento for indispensável para a proteção da vida ou da incolumidade física, a legislação de proteção de dados permite que possa ser realizado sem o consentimento do Titular de Dados.
- viii. **Tutela da saúde:** quando o tratamento do dado pessoal for realizado com a finalidade de promover procedimento por profissionais técnicos da área da saúde ou por entidades sanitárias.
- ix. **Interesses legítimos:** a Humania poderá valer-se do interesse legítimo para tratar dados pessoais do titular de dados, no exercício regular de seus direitos ou prestação de serviços que o beneficiem, sempre nos limites da legislação de proteção de dados.
- x. **Proteção do Crédito:** quando aplicável, para proteção do crédito.

Todas as operações de tratamento de dados pessoais realizadas pela Humania, observarão a base legal pertinente que legitime a sua execução, com definição clara da finalidade e designação dos responsáveis pelo tratamento.

10. TRATAMENTO DOS DADOS PESSOAIS SENSÍVEIS

A Humania comprehende que o tratamento de dados pessoais considerados sensíveis requer cuidados especiais, conforme diretrizes estruturadas nos normativos internos. Por essa razão, reafirmamos nosso compromisso com a proteção e o manejo cuidado desses dados. O tratamento de dados pessoais sensíveis, somente serão realizadas nas seguintes hipóteses:

- i. Quando o titular de dados pessoais ou seu responsável legal consentir, de forma específica e destacada, para finalidades específicas;
- ii. Sem fornecimento de consentimento do titular de dados pessoais, nos casos em que o tratamento for indispensável para: cumprimento de obrigação legal ou regulatória;
- iii. Realização de estudos garantida, sempre que possível, a anonimização dos dados pessoais sensíveis;

Diretrizes de Proteção de Dados

Efetivo: 31/10/2025

Código: **POL.137.PV**

Revisão: 0

- iv. Exercício regular de direitos, inclusive em contrato e em processo judicial, administrativo e arbitral;
- v. Proteção da vida ou da incolumidade física do titular de dados pessoais ou de terceiros;
- vi. Tutela da saúde, exclusivamente, em procedimento realizado por profissionais de saúde, serviços de saúde ou autoridade sanitária; ou
- vii. Garantia da prevenção à fraude e à segurança do titular de dados pessoais, nos processos de identificação e autenticação de cadastro em sistemas eletrônicos.

11. TRATAMENTO DE DADOS PESSOAIS DE CRIANÇA E ADOLESCENTE

O tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes, no contexto da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), exige cuidados especiais e rigorosas medidas de proteção. Na Humania, reconhecemos a importância e a responsabilidade de tratar esses dados com o máximo de segurança e atenção.

De acordo com o Enunciado CD/ANPD Nº 1 de 2023 da Agência Nacional de Proteção de Dados (ANPD), o tratamento de dados pessoais de crianças e adolescentes pode ser realizado com base nas hipóteses legais previstas pela LGPD, incluindo o consentimento do titular, o cumprimento de obrigação legal, a proteção à vida, ou o atendimento a interesse legítimo do controlador. Em qualquer caso, o melhor interesse da criança e do adolescente deve ser priorizado, exigindo uma avaliação cuidadosa e criteriosa por parte do controlador.

Os dados pessoais de crianças e adolescentes serão coletados e utilizados exclusivamente para finalidades específicas, explícitas e legítimas, sempre relacionadas a atividades permitidas por lei. Informações claras e acessíveis sobre a coleta, uso, compartilhamento e proteção desses dados serão fornecidas aos pais ou responsáveis.

O tratamento desses dados será realizado com foco no melhor interesse da criança e do adolescente, garantindo sua proteção e promovendo seu desenvolvimento saudável. A Humania compromete-se a adotar todas as medidas necessárias para evitar qualquer forma de discriminação ou exploração.

12. COMO COLETAMOS OS DADOS PESSOAIS

As informações que tratamos a seu respeito podem ter sido fornecidas diretamente por você à Humania, por terceiros ou mesmo coletadas de forma automática através do nosso site e outros canais.

14.1. Fornecidas diretamente por você

Desde o início da sua interação conosco, você voluntariamente nos disponibiliza informações a seu respeito, quando, por exemplo, você:

- Acessa nosso site ou preenche formulários em nosso site e canais de contato;

Diretrizes de Proteção de Dados

Efetivo: 31/10/2025

Código: POL.137.PV

Revisão: 0

- Entra em contato com nossos serviços de atendimento;
- Participa de Programas de Suporte ao Paciente e iniciativas relacionadas;
- Se cadastra em processos seletivos por meio de plataformas vinculadas;
- Assina newsletter, materiais institucionais ou solicita recebimento de comunicações;
- Fornece informações em eventos, treinamentos, pesquisas ou iniciativas de relacionamento.

14.2. Obtidas de terceiros

Em determinadas situações, podemos receber seus dados pessoais de terceiros com os quais mantemos relacionamento comercial ou contratual, tais como:

- Empresas da indústria farmacêutica contratantes de Programas de Suporte ao Paciente;
- Prestadores de serviços, consultores, parceiros operacionais e fornecedores;
- Empresas responsáveis por hospedagem, autenticação, logística e tecnologia;
- Órgãos e entidades responsáveis por concessão de benefícios relacionados ao trabalho;
- Birôs de crédito e instituições autorizadas (ex.: Serasa Experian, SPC), quando aplicável.

14.3. Disponíveis publicamente

Podemos coletar informações tornadas manifestamente públicas pelo titular ou disponibilizadas em:

- Perfis de redes sociais (como LinkedIn, Instagram, Facebook);
- Bases públicas oficiais (por exemplo, Receita Federal);
- Cadastros disponibilizados por órgãos governamentais conforme previsão legal.

13. DADOS PESSOAIS QUE TRATAMOS

Categoria de Dados	Dados Específicos	Finalidade	Base Legal
Dados de identificação / qualificação	Nome, sobrenome, data de nascimento, RG, CPF, gênero, estado civil, filiação, CNH, título de eleitor, informações sobre dependentes	Identificação do titular, cadastro em sistemas; execução e gestão contratual; emissão de documentos internos; segurança operacional	Execução de contrato; Cumprimento de obrigação legal ou regulatória
Dados de contato	Telefone, e-mail, endereço, usuários de mensagens, contato de emergência.	Comunicação operacional e administrativa; envio de informações e notificações	Execução de contrato; Cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
Dados de saúde	Diagnósticos, prontuário, histórico clínico, adesão	Execução de Programas de Suporte ao Paciente; monitoramento	Consentimento; Execução de contrato;

Diretrizes de Proteção de Dados

Efetivo: 31/10/2025

Código: POL.137.PV

Revisão: 0

	terapêutica, laudos médicos, ASO	terapêutico; exigência legal; tutela da saúde.	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
Dados comportamentais (programas)	Perfil terapêutico, jornada do paciente, engajamento, indicadores comportamentais	Apoio assistencial, monitoramento de bem-estar, melhoria da experiência e qualidade do serviço	Execução de contrato; Legítimo interesse.
Dados profissionais	Cargo, função, jornada, férias, histórico profissional, desligamento	Gestão de recursos de humanos; administração e pessoal, cumprimento de obrigações trabalhistas e previdenciárias; desenvolvimento.	Execução de contrato; Cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
Dados financeiros	Dados bancários, salário, benefícios, seguros	Processamento de folha de pagamento; concessão de benefícios; seguros e reembolsos.	Execução de contrato; Cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
Dados biométricos	Impressão digital, reconhecimento facial.	Controle de acesso; registro de jornada; prevenção a fraudes; autenticação	Execução de contrato;
Dados de segurança física e lógica	Imagens de câmeras, logs de acesso, geolocalização	Segurança patrimonial; controle de acesso; monitoramento de riscos; prevenção a incidentes	Cumprimento de obrigação legal ou regulatória; Legítimo interesse.
Dados de dependentes	Nome, CPF, RG, data de nascimento, parentesco	Concessão e gestão de benefícios corporativos; atendimento a políticas trabalhistas	Execução de contrato; Cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
Dados laborais	CTPS, PIS/INSS, atestados ocupacionais; histórico de exames ocupacionais	Atendimento a normas legais; medicina do trabalho; segurança ocupacional	Execução de contrato; Cumprimento de obrigação legal ou regulatória.
Dados de crianças e adolescentes	Dados cadastrais e clínicos de menores.	Supporte terapêutico;	Consentimento; Cumprimento de obrigação legal e regulatória

14. COM QUEM COMPARTILHAMOS SEUS DADOS

A Humania poderá compartilhar dados pessoais com terceiros sempre que esse compartilhamento for necessário, legítimo e compatível com as finalidades previamente informadas ao titular, observado o princípio da necessidade e em conformidade com as bases legais previstas na

Diretrizes de Proteção de Dados

Efetivo: 31/10/2025

Código: POL.137.PV

Revisão: 0

LGPD. Esse compartilhamento ocorre de forma controlada, mediante salvaguardas contratuais, técnicas e administrativas, sendo restrito aos dados estritamente essenciais para o atendimento da finalidade pretendida. Quando atua como Controladora, a Humania pode compartilhar dados com órgãos públicos, autoridades regulatórias, entidades governamentais, instituições financeiras, seguradoras, prestadores de serviços de apoio operacional, empresas de saúde ocupacional, escritórios jurídicos e fornecedores de tecnologia, hospedagem e armazenamento de dados, ferramentas de autenticação, segurança patrimonial, consultorias, auditorias independentes, logística e demais parceiros necessários à consecução de obrigações legais, regulatórias, contratuais ou para a defesa de direitos em processos judiciais, administrativos ou arbitrais. Também poderá haver compartilhamento com outras empresas do Grupo Viveo para fins de governança corporativa, controles internos, segurança da informação, prestação de serviços compartilhados e apoio operacional, respeitados os limites legais, as políticas internas e o sigilo empresarial.

Quando atua como Operadora, especialmente na execução de Programas de Suporte ao Paciente/Diagnóstico, SAC e serviços correlatos para clientes da indústria farmacêutica ou operadoras de saúde, o compartilhamento ocorre de forma estritamente vinculada às instruções documentadas do Controlador contratante, visando atendimento assistencial, suporte terapêutico, rastreabilidade logística, cumprimento de obrigações regulatórias, farmacovigilância e monitoramento de eventos adversos. Em situações específicas, dados pessoais podem ser compartilhados com profissionais e entidades de saúde para a tutela da saúde do titular, bem como com autoridades judiciais, policiais ou administrativas, quando exigido por lei, ordem judicial, determinação de autoridade competente ou para resguardar direitos do titular, da Humania ou de terceiros com legítimo interesse. O compartilhamento com birôs de crédito poderá ocorrer para proteção do crédito, análise de risco financeiro e prevenção à fraude, quando aplicável.

A Humania não comercializa dados pessoais, não compartilha informações para finalidades incompatíveis com aquelas originalmente informadas e não utiliza, para fins próprios, dados tratados na condição de Operadora.

15. RETENÇÃO E ELIMINAÇÃO DOS SEUS DADOS

No que diz respeito à retenção, a Humania mantém os dados pessoais ou sensíveis apenas pelo período necessário para cumprir as finalidades para as quais foram coletados e tratados. As informações são excluídas quando a finalidade original é atingida, quando os prazos legais obrigatórios se encerram ou mediante solicitação do titular, desde que não haja impedimentos legais, regulatórios, judiciais ou técnicos que exijam sua conservação. A Humania compromete-se a avaliar e atender tais solicitações de forma tempestiva, garantindo transparência e rastreabilidade na decisão.

Os períodos de guarda são definidos a partir de critérios que consideram as finalidades originais do tratamento, as obrigações legais e regulatórias aplicáveis, incluindo legislações trabalhista, sanitária, fiscal e requisitos de farmacovigilância, as obrigações contratuais assumidas perante

Diretrizes de Proteção de Dados

Efetivo: 31/10/2025

Código: POL.137.PV

Revisão: 0

Controladores e parceiros comerciais, bem como os interesses legítimos da Humania, limitados ao período estritamente necessário e alinhados aos princípios de necessidade, limitação de finalidade, minimização, prevenção e responsabilização.

De forma geral, dados pessoais e sensíveis são mantidos por até cinco anos após a inativação da relação com o titular, respeitando normativos aplicáveis e validação periódica por parte das áreas responsáveis. Nos casos de pacientes ativos em Programas de Suporte ao Paciente, o armazenamento perdura enquanto durar o acompanhamento terapêutico, podendo se estender em função de obrigações regulatórias específicas.

Concluída a finalidade ou cessado o tratamento, as informações podem ser submetidas ao regime de "legal hold" sempre que houver auditorias, fiscalizações, litígios, investigações ou eventos que demandem a preservação dos registros, hipótese em que sua exclusão ficará suspensa até a conclusão definitiva dessas ocorrências.

Os registros são armazenados em ambiente digital seguro, utilizando infraestrutura tecnológica controlada, com gerenciamento de credenciais, controle de acesso baseado em perfis, backup automatizado e monitoramento contínuo. Quando necessário, suportes físicos são mantidos em armários corta-fogo, localizados em áreas de acesso restrito e sob responsabilidade das áreas gestoras, garantindo a proteção, o rastreamento e a disponibilidade das informações ao longo de todo o ciclo de vida dos dados.

17. DADOS PESSOAIS DE ACESSO PÚBLICO

A Humania quando coletar e tratar de dados pessoais de acesso público, observará a finalidade específica, a boa-fé, e o interesse público que justificaram a sua disponibilização. O tratamento desses dados será conduzido em conformidade com as políticas de proteção de dados pessoais e segurança da informação da Humania.

Nos casos em que o titular dos dados pessoais tornar as informações manifestamente públicas por sua iniciativa, a exigência do consentimento poderá ser dispensada. No entanto, a Humania resguardará os direitos do titular e os princípios previstos em legislação aplicável e estabelecidos por estas Diretrizes.

Caso a Humania decida utilizar dados pessoais de acesso público para novas finalidades, deverá garantir que o novo tratamento seja compatível com os propósitos legítimos e específicos, sempre os direitos dos titulares e respeitando os princípios previstos nestas diretrizes e na LGPD.

18. TRANSFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DADOS PESSOAIS

A Humania, com sede no Brasil, opera de acordo com a legislação brasileira para o tratamento de dados pessoais. Quando interage com parceiros, clientes ou prestadores de serviços que possuam sede ou filiais em outros países, e que possam realizar parte das atividades ou tratar dados pessoais no exterior, adota medidas rigorosas para assegurar a proteção desses dados. Quando o país de

Diretrizes de Proteção de Dados

Efetivo: 31/10/2025

Código: POL.137.PV

Revisão: 0

destino for reconhecido como de nível adequado de proteção por autoridade competente, a transferência pode ocorrer com base nessa decisão, complementada por medidas técnicas e organizacionais consistentes com nossos padrões internos. Na ausência de decisão de adequação, a transferência é condicionada à adoção de cláusulas contratuais-padrão e/ou cláusulas específicas de proteção de dados, associadas a medidas complementares, assegurando nível de proteção substancialmente equivalente ao exigido no Brasil.

Essas práticas garantem que a Humania não apenas esteja em conformidade com a legislação aplicável, mas também adote medidas robustas para proteger os dados pessoais durante a transferência internacional, assegurando que os direitos dos titulares sejam respeitados em todos os contextos de tratamento de dados.

19. DIREITOS DOS TITULARES DOS DADOS PESSOAIS

A Humania, quando da coleta e tratamento de dados pessoais, reforça o seu compromisso com a transparência e boa-fé, assim como respeita os direitos dos titulares de dados pessoais, contidos nas bases legais específicas, que incluem:

- **Direito à confirmação da existência do tratamento:** O titular de dados pessoais pode questionar junto a HUMANIA a realização de operações de tratamento relativos aos seus dados pessoais.
- **Direito de acesso:** O titular de dados pessoais pode solicitar e receber uma cópia de todos os dados pessoais coletados e armazenados, respeitados os prazos previstos na LGPD.
- **Direito de correção:** O titular de dados pessoais pode requisitar a correção de dados pessoais que estejam incompletos, inexatos ou desatualizados, mediante solicitação conforme estabelecido nestas diretrizes;
- **Direito de eliminação:** O titular de dados pessoais pode requisitar a exclusão de seus dados pessoais, salvo se houver um motivo legítimo para a sua manutenção, como eventual obrigação legal de retenção de dados, considerando os mecanismos empreendidos pela Humania para a exclusão ou eliminação dos dados pessoais;
- **Direito de solicitar a suspensão de tratamento ilícito de dados pessoais:** A qualquer momento, o titular de dados pessoais poderá requisitar a anonimização, bloqueio ou eliminação de seus dados pessoais que tenham sido reconhecidos por autoridade competente como desnecessários, excessivos ou tratados em desconformidade com o disposto na LGPD.
- **Direito de oposição a um tratamento de dados pessoais:** O titular de dados pessoais poderá apresentar uma oposição, que será analisada a partir dos critérios presentes na LGPD e de acordo com as diretrizes internas da Humania;

Diretrizes de Proteção de Dados

Efetivo: 31/10/2025

Código: POL.137.PV

Revisão: 0

- Direito à portabilidade dos dados:** O titular de dados pessoais poderá solicitar que seus dados pessoais sejam disponibilizados a outro fornecedor de serviço ou produto, respeitados o segredo comercial e industrial da Instituição, bem como os limites técnicos.
- Direito à revogação do consentimento:** O titular de dados pessoais tem o direito de revogar o seu consentimento, devendo o titular possuir conhecimento de que a revogação do seu consentimento poderá alterar suas condições de acesso a determinado produto ou serviço, de acordo com as políticas da Humania.

20. SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO

As normas de segurança da informação e as medidas de prevenção contra incidentes envolvendo dados pessoais estão detalhadas na Política de Segurança da Informação do Grupo Viveo.

Reafirmamos nosso compromisso em adotar os mais elevados padrões de segurança e armazenamento de dados pessoais, utilizando as melhores técnicas e práticas disponíveis. Todos os Dados Pessoais serão armazenados na base de dados da Humania ou em base de dados de terceiros contratados, que estão em conformidade com a legislação de proteção de dados vigente. A Humania garante que tanto seus sistemas quanto os de terceiros respeitem rigorosamente os requisitos legais e regulamentares para assegurar a proteção e a integridade das informações.

21. CANAL DE COMUNICAÇÃO E DÚVIDAS

A Humania possui um canal de atendimento para apresentação de reclamações, sugestões, solicitações, denúncias e elogios relacionados às práticas, procedimentos e processos da empresa. Essas comunicações poderão ser enviadas através do e-mail dpo.lgpd@humaniasaude.com.br.

Titulares vinculados a programas de clientes (Indústria Farmacêutica/Operadoras de Saúde). Quando os dados pessoais forem tratados pela Humania na condição de Operadora em Programas de clientes do setor farmacêutico, as solicitações de titulares (acesso, correção, eliminação, oposição, portabilidade etc.) devem ser direcionadas aos canais oficiais disponibilizados pelo Controlador (empresa farmacêutica/operadora de saúde) e ao respectivo Encarregado/DPO do Controlador, conforme informado nos materiais específicos do Programa.

22. HISTÓRICO DE REVISÕES

Data	Nº. Revisão	Alterações realizadas
Out/2025	0	Versão inicial do documento

23. ELABORAÇÃO, REVISÃO E APROVAÇÃO

Elaborado Por:	Revisado por:	Aprovado por:
Ana Carolina Tanzillo	Renata Araujo	Pamela Galdino

Diretrizes de Proteção de Dados

Efetivo: **31/10/2025**

Código: **POL.137.PV**

Revisão: **0**

Encarregado/DPO

Gerente de Qualidade e
Farmacovigilância

Gerente de Riscos e Controles
Internos